



**ACÓRDÃO Nº725/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11351/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Ademar Raimundo Mauro Teixeira (Ordenador de Despesa), Genesio Vitalino da Silva Neto (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3919/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Ademar Raimundo Mauro Teixeira, Ex-presidente da **Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC**, no período de 01/01/2015 a 31/03/2015, na forma do artigo 22, inciso II, da Lei estadual nº 2423/1996 c/c inciso II, §1º, do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, com determinação à Origem
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Genesio Vitalino da Silva Neto, Ex-presidente da **Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC**, no período de 01/04/2015 a 31/12/2015, na forma do artigo 22, inciso II, da Lei estadual nº 2423/1996 c/c inciso II, §1º, do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, com determinação à Origem.
- 10.3. **Determinar à Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC** que, em conformidade aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade e eficiência (art.7º, caput, da Lei Federal nº 9.637/98), fundamentos da boa Administração, realize urgentemente um



**ACÓRDÃO Nº725/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

levantamento em todos os contratos de gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura, para fins de eventuais adequações entre o que fora proposto e a realidade fática.

*Vencido o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva pela irregularidade das Contas com aplicação de multas aos Gestores e determinação. Vencido ainda o Relator, quanto ao adendo, realizado em sessão, para inclusão da SEC na determinação contida na proposta de voto.*

**11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 15 de Julho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral